

Audácia: Uma Alternativa para o Século XXI

Alain Lipietz

São Paulo, Nobel, 1991.

Alain Lipietz já é bastante conhecido do público brasileiro, ao menos no meio acadêmico. Além de *Miragens e Milagres* e *O Capital e seu Espaço*, é autor de vários artigos, também publicados no Brasil, inclusive nesta Revista, versando em especial sobre a questão da dívida externa.

O autor é um dos principais expoentes da chamada teoria da regulação — escola de origem francesa de meados da década de 70 —, que tem, entre outros expoentes, M. Aglietta, R. Boyer, J. Mistral, A. Orleans, etc. A escola da regulação pretendia ser uma atualização do marxismo, tanto no sentido de adaptá-lo às transformações do capitalismo, como no sentido de permitir, através da construção de novos conceitos, a partir de um referencial marxista, a passagem de níveis de análises extremamente abstratos para análises de fenômenos concretos. Nesse processo incorpora elementos de outros paradigmas teóricos, em especial do keynesianismo, sem sacrificar o modo de análise marxista. Dentro desse objetivo de reduzir o nível de abstração da análise, desenvolve-se o conceito de “modo de desenvolvimento”, em substituição à categoria abstrata “modo de produção”.

Lipietz inicia *Audácia* clarificando alguns conceitos. Modo de desenvolvimento é a relação entre uma dada organização do trabalho, um dado regime de acumulação e um dado modo de regulação. O primeiro elemento é constituído dos princípios que regem a organização do trabalho não somente dentro das empresas mas também a divisão do trabalho entre estas, podendo ser traduzido como “paradigma tecnológico”. O segundo elemento descreve a evolução das condições de produção — produtividade, grau de mecanização, etc. — e do uso social da produção: são as leis macroeconômicas em geral. O terceiro elemento refere-se aos mecanismos que compatibilizam os planos individuais conflituosos com os princípios coletivos, ou seja, refere-se ao costume e às instituições ou àquilo que garante uma certa estabilidade ao sistema: Estado, padrão monetário, relação salarial etc. As crises capitalistas podem dar-se por inadequações em qualquer um desses elemen-

tos ou do conjunto, que seria a crise do modo de desenvolvimento.

Em *Audácia*, Lipietz busca mostrar que existe uma crise no modo de desenvolvimento vigente no pós-guerra, o fordismo, e apontar para uma saída alternativa. O fordismo é entendido como a aplicação do taylorismo, isto é, separação entre trabalho manual e intelectual com crescente divisão das tarefas e mecanização do processo produtivo, o que significa produção em massa com alta produtividade, que é o sangue vital do sistema. Associado a isso tem-se o desenvolvimento das formas de consumo de massa, possibilitado, em primeiro lugar, pelo aumento do poder de compra dos salários, pela incorporação dos ganhos de produtividade (fruto da crescente luta de classes), sendo esta a contrapartida dada aos trabalhadores dentro do “grande compromisso” estabelecido, que envolvia sua crescente alienação. O fordismo possui uma lógica totalmente produtivista. Esse acordo envolve uma dada visão de mundo, o consumismo, que significa a supremacia do *American way of life*. O funcionamento de tal sistema requer grandes alterações no modo de regulação, a saber: surgimento do Estado-providência (todos os sistemas de seguridade social), o domínio da moeda-crédito com a hegemonia do dólar (o que necessita de uma internacionalização crescente da produção) etc.

A crise desse sistema fez-se sentir principalmente a partir do final dos anos 60. Essa crise tem um duplo aspecto. Por um lado, é uma crise de oferta, que se reflete em quedas nas taxas de lucratividade das empresas devido à diminuição no ritmo de elevação da produtividade e, por outro lado, é uma crise de demanda devido às dificuldades de sustentar o consumo de massa e o investimento. Este último aspecto materializa-se na crise fiscal do Estado-providência e na questão de déficits externos crônicos em vários países (vide EUA, que não conseguiram concorrer com a Alemanha e o Japão). A tentativa de solucionar um dos aspectos implica o agravamento do outro, como, por exemplo, tentativas de elevar a lucratividade reduzindo salários levariam à queda na demanda, mas por outro lado,

tentativas de elevar a demanda diminuiriam a lucratividade com impactos na acumulação.

Uma alternativa seria a internacionalização da produção, mas a generalização do fordismo entre as grandes potências faz com que esta não seja uma saída para a totalidade (Lipietz ainda levanta uma contradição entre regulação nacional e o processo de internacionalização — as políticas de regulação da demanda se dão em nível nacional enquanto uma das faces da crise é em nível internacional). Outras tentativas de superação seriam, por exemplo, as práticas “neotayloristas”, em primeiro lugar com a redivisão internacional do trabalho com algumas atividades sendo transferidas para o Terceiro Mundo e dando origem aos NIC (New Industrialized Countries), que Lipietz chamou Miragens e Milagres de fordismo periférico, e/ou a utilização de mão-de-obra desqualificada nos países centrais, ou seja, trabalhadores que não fazem parte do “grande compromisso”, os imigrantes, que serviriam para rebaixar o custo.

O desenvolvimento do fordismo trouxe como consequência a perda da hegemonia americana (exportou o modelo para os demais países e depois não tinha mais como concorrer com estes), que colocou em xeque um dos pilares básicos do modo de regulação vigente — o padrão monetário. Outra característica é o endividamento externo crescente de alguns países, que se tornaram prisioneiros do Sistema Financeiro Internacional e das tentativas do governo americano de recuperar o poder do dólar. Outro ponto foi a destruição do ecossistema a partir da lógica produtivista irresponsável, com todos os tipos de desperdícios inerentes. E, por fim, tem-se a profunda alienação da massa trabalhadora.

A crise do “modo de desenvolvimento” fordista abriu um espaço ainda não ocupado. O primeiro proponente a tal vaga é o que Lipietz denomina liberal-produtivismo. O discurso básico desse modelo é a questão da concorrência internacional. Tem-se necessidade de aumentar a produtividade para evitar ser engolido pelos demais países; assim, privilegia-se o conflito entre ganhadores e perdedores. Esse conflito mantém a visão de mundo fordista e tende a acentuar as desigualdades e os problemas existentes.

A partir desse quadro, o autor desenvolve a proposta de um modelo alternativo. Os pontos-chave são: a maior flexibilização do trabalho, o aumento do tempo livre (redução da jornada de trabalho) — estes dois aspectos vão no sentido de

uma “desalienação”, substituindo-se o consumismo de bens por consumo de tempo —, a defesa do ecossistema (superando-se a lógica destrutivista do fordismo). A alternativa não aparece do nada, mas de conflitos já existentes, em especial os movimentos sociais radicais das minorias. A definição de um novo modelo de desenvolvimento implica uma solução política tanto em nível nacional quanto internacional. A escolha de um novo modelo ou se dá por meio da hegemonia de um país ou da unanimidade; esta última alternativa está complicada recentemente pelos espaços nacionais.

Este é o corpo principal da obra: mostrar a crise do fordismo, criticar a opção liberal-produtivista (ou neoliberal) e mostrar uma alternativa no terreno da “ecologia política”. Paralelamente discute várias outras questões interessantes, tais como a unificação européia em um contexto de hegemonia da Alemanha, além de vários pontos no que se refere à política internacional. Trata ainda da crise ecológica e da questão da hegemonia em nível mundial. A obra constitui um exercício intelectual muito interessante, mas parece mais destinada a divulgação que a uma análise teórica mais profunda, tendo um público-alvo muito mais amplo que suas obras anteriores.

Ao corpo principal do trabalho somam-se dois outros artigos do autor. O primeiro sobre a Guerra do Golfo e suas consequências, onde se destaca a análise sobre a crise da economia americana e sua perda de posição para o Japão e a Alemanha, mostrando a tendência dos EUA a usar seu poderio militar para se sustentar como superpotência, ou seja, transformar-se em “guarda do mundo”, recebendo uma renda pelos serviços prestados por seu exército. O segundo artigo reflete sobre a crise do marxismo, questionando desde as próprias perguntas até o projeto social proposto. Substitui a utopia do comunismo pela da ecologia.

É um livro bastante interessante, que, apesar da superficialidade da análise, trata de questões muito profundas. Conta ainda com um prefácio de Francisco de Oliveira que se destaca pela crítica feita a Lipietz sobre a interpretação da crise do marxismo, e que também vale a pena ler.

Rudinei Toneto Jr.

Instituto de Pesquisas Econômicas
da Universidade de São Paulo

O Século Esquisito

Roberto Campos

Rio de Janeiro, TopBooks, 1990.

Este livro reúne uma série de artigos publicados originalmente em *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, envolvendo o período de julho de 1988 a setembro de 1990. Na verdade, o espírito que norteia todos os artigos dessa coletânea está calcado no pensamento de forte cunho liberal pelo qual o atual deputado federal (ex-ministro e ex-diplomata) se popularizou.

O liberalismo de Roberto Campos é próximo ao que se convencionou chamar no Brasil, de forma imprecisa e incorreta, de neoliberalismo. Apesar de a maior parte da inteligência nacional, incluindo grandes intelectuais “de esquerda”, não saber ao certo o que é esse tal neoliberalismo, o fato é que esse corpo intelectual possui consistência argumentativa e filosófica difíceis de criticar por uma pessoa com formação mediana. No caso do ex-ministro, sua visão de mundo é calcada em Hayek e no liberalismo austríaco — que inclui pensadores como von Mises e Popper, que em geral não são nem mesmo conhecidos dos mais fervorosos críticos do neoliberalismo.

O liberalismo austríaco possui uma forte matriz kantiana e está basicamente calcado na negação da possibilidade de qualquer determinismo, seja ele científico ou histórico; nesse ponto, manifesta-se uma visão comum a esses pensadores, que reage contra o hegelianismo e o marxismo. Uma outra característica do pensamento compartilhado por esses intelectuais está no fato de assumirem, como hipótese a ser “testada” pela experiência histórica, a inconveniência e a insustentabilidade de sistemas de organização social e econômica calcados na centralização dos recursos e fatores de produção e da informação.

É nesta perspectiva que devemos enquadrar, em linhas gerais, o nosso maior expoente, ainda vivo, do neoliberalismo. Roberto Campos certamente deve ter vivido a melhor e mais feliz década de sua vida: nos anos 80 observamos as reformas do primeiro e segundo Reagan nos EUA, a ascensão do thatcherismo no Reino Unido, depois de uma série de governos *labour* (note-se que esses dois movimentos foram influenciados pelo ideário de Hayek, no segundo caso, e pela obra de James Buchanan, prêmio Nobel de economia de 1985 e seguidor do pensamento austríaco, nos

EUA). Ademais, o *Welfare State* sofreu grande abalo nos últimos dez anos em diversos países, como a Suécia, a Alemanha, França e Espanha, onde inclusive governos “socialistas” implementaram reformas liberalizantes. Por outro lado, no mesmo período, principalmente ao final da década, o chamado socialismo real inicia seu estado terminal, levando à total descaracterização das dicotomias que tanto caracterizaram o mundo no pós-guerra. Segundo muitos, Roberto Campos entre eles, a história da última década tratou de realizar um teste experimental fatal para as formas de organização social e econômica calcadas na centralização e no coletivismo. Os artigos contidos nesse volume de certa forma relatam esses acontecimentos e testemunham *in loco* sua importância para o Brasil.

Os artigos escritos em 1988 e 1989 já antecipavam a ruína de facto do socialismo real e suas consequências para o mundo; são eles *O futuro do capitalismo democrático*, *O susto e a maré* e *Annus mirabilis*, sendo o título do último uma contraposição, como explícita o próprio autor, ao *Annus mirabilis* de 1917, devido aos experimentos de coletivismo e controle social sobre o indivíduo iniciados com a prática do marxismo-leninismo. Tais artigos são, sem dúvida, os mais interessantes de toda a coletânea.

O livro é dividido em cinco partes. A primeira trata de temas relacionados com a política internacional. Nela pode o leitor encontrar as linhas gerais que orientam a formação intelectual de Roberto Campos, principalmente no que diz respeito a questões como capital internacional, nacionalismo, crítica à postura terceiro-mundista da diplomacia brasileira em anos recentes, críticas ao comunismo e reflexões sobre a modernização que, à época, o autor via como inevitáveis e necessárias para o não isolamento da América Latina do cenário econômico internacional. Nesses artigos ainda sentimos algumas das apreensões com respeito à incapacidade da inteligência doméstica de perceber a natureza das mudanças que já, naquela altura, se processavam no mundo. Os principais artigos desta parte são: *Annus mirabilis*, *O século esquisito*, *Década de transformações* e *A superpotência do Terceiro Mundo*.

A segunda parte envolve artigos sobre economia e política econômica, que basicamente tratam de criticar o populismo econômico e as falsas tentativas, no entender do autor, de combater a inflação. Outros aspectos analisados nesses artigos são o corporativismo e a resistência à modernização que muitos países, entre eles o nosso, sofrem congenitamente. Os principais artigos desta parte são: *As duas visões, Em defesa do especulador, Que fazer?, O retorno do populismo, A lei não pega e Um pacto com o atraso.*

A terceira parte trata de analisar os descaminhos, segundo Roberto Campos, da Constituição de 1988, salientando principalmente os problemas abordados pelo capítulo da ordem econômica. Mais uma vez, nacionalismo e intervencionismo são os alvos de ataque prediletos. Os artigos mais interessantes são: *Indisposições transitórias, Desembarcando do mundo, Nota zero e O avanço do retrocesso.*

A quarta parte é a menos interessante e a mais datada, já que trata de assuntos conjunturais, principalmente centrados na campanha presidencial (Lula e Collor). Esta parte poderia ser suprimida, dado que seu interesse é muito limitado. O artigo mais interessante aqui é *Tem que dar certo*, nem tanto por suas qualidades, mas, ao contrário, pela defesa exagerada e pelo superdimensiona-

mento dos efeitos supostamente benéficos do Plano Collor. Nesta parte, ao que parece, o intelectual profundo deu lugar ao panfletário.

A quinta e menor parte discute um dos temas mais atuais — e mal estudados — da atualidade: a ecologia. Aqui Roberto Campos envereda-se pela selva do senso comum, buscando, com inteligência, devemos admitir, desmistificar o assunto da moda. Os principais artigos são: *O estupro da razão e De repente, tudo verde.*

Infelizmente essa coletânea, dada sua própria natureza, não pode ser julgada como um livro acadêmico. Entretanto, pode ser interessante para aqueles que estudam a evolução do pensamento e das ideologias econômicas no Brasil nos últimos anos. Por fim, deve-se sempre alertar o leitor que discordar de Roberto Campos, principalmente quando tal discordância se nos apresenta inevitável, é uma tarefa irritante, dada a forma de apresentação e a coerência de seus argumentos. Para aqueles que já sabem *a priori* que não gostarão do que irão ler, este livro serve, pelo menos, como um exercício de maiêutica socrática.

Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Fundação Getúlio Vargas — São Paulo.

Stratégies des Multinationales

Claude Dupuy, Christian Milelli e Julien Savary

Paris, La Documentation Française, 1991.

Embora já se tenha escrito bastante sobre a estrutura e a dinâmica das empresas multinacionais, os fatores que nelas intervêm continuam sendo pouco conhecidos. Devido a essa lacuna, torna-se muito bem-vinda a presente contribuição de três professores franceses e seus colaboradores, pertencentes às universidades de Toulouse, Paris-Nanterre e Montpellier, bem como ao CNRS — o Centre National de la Recherche Scientifique.

Trata-se de um conjunto de onze textos sintéticos e semi-independentes uns dos outros, apresentados de forma extremamente atraente — com numerosos mapas, gráficos e tabelas, completados por uma breve apresentação geral, por uma conclusão de caráter prospectivo, e por uma bibliografia relativa a cada uma das três partes em

que se divide o trabalho. Este constitui o segundo volume de um *Atlas Mondial des Multinationales*, o qual foi precedido em 1990 pelo livro de Pierre Grou, *L'Espace des Multinationales*, publicado pela mesma editora.

A obra como um todo está voltada para a análise e a interpretação da dinâmica espacial das empresas multinacionais, tanto em nível de seus países de origem e destino como no âmbito mundial. Essa dinâmica refere-se não apenas à localização dos estabelecimentos dessas empresas, mas também a suas formas de inserção no contexto nacional e internacional — formas que dizem respeito, em cada caso, à escolha das atividades a serem desenvolvidas por eles, bem como à natureza e ao grau de especialização dos processos produtivos subjacentes.

Os autores dos vários trabalhos procuram distinguir em suas análises dois tipos de estratégias mais comuns que tendem a suceder-se através do tempo: (1) a estratégia multinacional propriamente dita (ou, como eles dizem, multidoméstica), por meio da qual as empresas em questão descentralizam sua produção; e (2) a estratégia mundial, ou global, que implica um reagrupamento e a integração dessas unidades descentralizadas num esquema, interno às empresas, de divisão internacional do trabalho.

Na primeira modalidade, as diversas subsidiárias de determinada empresa multinacional permanecem relativamente autônomas entre si e vinculadas a seus respectivos mercados nacionais, sendo apenas coordenadas por uma entidade central responsável por seu controle financeiro e por suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Na segunda, estas últimas também chegam eventualmente a descentralizar-se, ao mesmo tempo que a produção dos vários estabelecimentos passa a especializar-se em certos componentes e/ou bens finais, cuja oferta se destina a um grande número ou até à totalidade dos mercados nacionais antes atendidos independentemente. Nesse segundo esquema, apenas o controle financeiro se mantém relativamente centralizado.

A parte inicial do livro consta de apenas um ensaio, da autoria de Claude Dupuy, sobre as relações, no caso da França, entre o processo de multinacionalização e o espaço industrial nacional. Trata-se de uma recapitulação do desenvolvimento, local e internacional, das grandes empresas industriais francesas até 1900 e nos períodos de 1900 a 1918, 1918 a 1945, 1945 a 1957, 1957 a 1975 e 1975 a 1990. O mesmo autor tem também na segunda parte, dedicada aos países que abrigam subsidiárias de empresas multinacionais, um capítulo sobre as estratégias dos grupos franceses no Brasil, principalmente a partir de 1960, e na terceira, voltada para a análise de firmas específicas, um interessante estudo histórico sobre o grupo Michelin.

Christian Milelli comparece, na segunda parte, com dois excelentes trabalhos sobre a expansão das empresas multinacionais japonesas. Um se refere à penetração da indústria automobilística do Japão nos EUA, primeiro no mercado consumidor e depois no próprio parque produtor daquele país, enquanto o outro examina os investimentos japoneses na Europa, entre 1959 e 1989, já

com vistas à consolidação e ao fechamento de seu mercado comum. Nessa mesma parte ainda figura uma breve análise da pesquisadora Linda Denis, sobre as estratégias das empresas estrangeiras na indústria química na França.

Todos os demais ensaios, assim como a conclusão geral do livro, são de autoria de Julien Savary, que na segunda parte apresenta três estudos: um sobre empresas britânicas na França, outro sobre a atuação das multinacionais no sudoeste francês, e o terceiro sobre a expansão mundial das maiores empresas sul-coreanas. Além disso, na terceira parte figuram dois trabalhos seus, com análises em profundidade dos investimentos na Europa da IBM e da Ford.

As generalizações a que ele chega na conclusão apontam, de um lado, para um forte aumento da concentração dos capitais das empresas multinacionais e, do outro, para uma crescente concorrência entre eles. Na verdade, o primeiro desses processos é uma conseqüência do segundo, uma vez que tais empresas precisam ter um porte cada vez mais avantajado para poder amortizar os custos da pesquisa e do desenvolvimento de novos produtos e processos.

O aumento do tamanho das empresas multinacionais e a crescente mundialização de suas atividades estão determinando atualmente um duplo movimento de realocização de seus investimentos. Em termos setoriais, pode-se constatar uma volta de tais empresas à especialização numa gama limitada de produtos, com o conseqüente abandono de atividades secundárias e subsidiárias. Já no âmbito espacial, têm surgido tendências cada vez mais evidentes de um retorno aos países mais desenvolvidos, onde se situam não apenas os mercados de maior capacidade aquisitiva, mas também as melhores oportunidades de geração e exploração de novas tecnologias.

Pelos dados que apresenta e pelas reflexões que suscita, este livro merece uma divulgação mais ampla. Ele tem o mérito de diluir certos mitos do passado e dissolver algumas ilusões acerca do futuro, recolocando num primeiro plano a necessidade de países como o nosso disporem de suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Tamás Szmrecsányi

Departamento de Política Científica
e Tecnológica da Universidade de Campinas

Terra, Patrimônio Comum

Martine Barrère, org.

São Paulo, Nobel, 1992.

Este livro, lançado simultaneamente no Brasil (pela Editora Nobel), na França, Itália, Espanha e Portugal, é composto por uma coletânea de 22 textos, escritos pelos mais renomados cientistas do mundo (juristas, biólogos, economistas, etc.), a maioria presente na Conferência da ECO-92, em junho, no Rio de Janeiro. Martine Barrère, sua organizadora, é uma jornalista científica de nacionalidade francesa.

A obra se divide em três partes. A primeira trata do estado do conhecimento sobre o meio ambiente, reunindo oito artigos escritos na sua maioria por físicos, biólogos, oceanógrafos e meteorologistas de várias nacionalidades, que falam sobre os principais problemas ambientais que assolam a Terra nos dias atuais. Dentre estes textos destaca-se o que fala da importância do desenvolvimento biotecnológico, que poder proporcionar a todos os países a oportunidade de explorar seus próprios recursos sem prejudicar o meio ambiente, ao contrário, auxiliando na sua recuperação. São artigos mais técnicos, alguns com gráficos e dados, mas todos com uma linguagem bastante acessível.

O ponto em comum entre os vários pesquisadores é o que ressalva a importância da multidisciplinaridade nos estudos que envolvem o meio ambiente e a fragilidade do estado do conhecimento atual em relação a previsões precisas sobre as consequências possíveis do aquecimento global, o efeito estufa etc.

A segunda parte tenta apresentar em dez artigos uma visão geral sobre o desenvolvimento. Os trabalhos retratados abordam assuntos bastante diversos, que vão desde as discussões sobre pobreza, educação, urbanização e direito internacional ambiental, até assuntos mais técnicos, como a questão da energia e da biodiversidade.

Conta com um artigo do professor José Goldemberg, escrito em associação com um cientista francês, Benjamin Dessus, intitulado "Energia: inventar novas solidariedades" e que descreve o efeito estufa e as alternativas energéticas; é o único artigo deste livro do qual participa um cientista brasileiro.

Apesar disso, temos referências ao Brasil em artigos que falam sobre a questão das florestas,

aglomerações urbanas e biotecnologias agrícolas (Pró-álcool e reflorestamento).

Um famoso cientista francês, Alain Lipietz, em seu artigo "Uma economia a reconstruir", refere-se dentre outras coisas à posição dos economistas perante o meio ambiente e faz uma menção aos estudos de José Goldemberg em relação às questões energéticas, segundo os quais a mulher tanzaniana, esgotando-se a si mesma e à própria floresta em que vive, gasta trinta vezes mais energia para cozinhar do que a mulher japonesa, mostrando assim que muitas vezes a tecnologia pode reduzir a utilização energética, mas não justificando o consumismo desenfreado dos americanos, por exemplo.

Esta parte do livro, apesar de não ser a mais rica em informações em relação aos problemas ambientais, parece-nos a mais interessante e polêmica, visto que apresenta os diversos conflitos políticos que envolvem o tema e que acabam levando a um recuo na tomada de decisões.

Como o livro foi publicado originalmente antes da ECO-92, com a finalidade de trazer uma visão geral do tema à população interessada no futuro do planeta, podemos verificar questões interessantes, que poderiam ter funcionado como uma previsão de algumas coisas que aconteceram durante o encontro em junho de 1992, como por exemplo o velho conflito Norte-Sul em relação a problemas como a preservação das florestas tropicais, a diminuição da emissão de CO₂ e a questão da biodiversidade.

Num artigo intitulado "A gestão de um patrimônio comum: o exemplo da diversidade biológica", Marie-Angèle Hermitte, francesa, conta-nos que, durante as reuniões preparatórias para a ECO-92, era possível observar a existência de três escolas com posições diferentes em relação à biodiversidade:

— a abordagem conservacionista, que pregava que a diversidade biológica é um patrimônio comum da humanidade;

— a abordagem "onusiana"¹, em que temos a questão da transferência de tecnologia, isto é, os

¹ Todas as referências à palavra "onusiana" no livro indicam a visão dos representantes da ONU - Organização das Nações Unidas.

países do Sul se encarregariam de preservar suas regiões com maior diversidade biológica e, em contrapartida, os países do Norte, entre outras coisas, fariam uma transferência de tecnologia para aqueles países;

— a abordagem industrial, que surgiu como posição crítica à abordagem “onusiana”, pois a maior parte da tecnologia pertence à iniciativa privada, e não ao Estado, o que impossibilita sua transferência do Norte para o Sul gratuitamente.

A terceira parte do livro é intitulada “Dados importantes sobre as questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento”. É a mais fraca desta publicação, pois a maioria dos dados lá apresentados já tinham aparecido espalhados nos vários artigos que compõem as outras duas divisões.

Excluindo as cerca de 30 páginas finais que se referem à parte acima referida, o livro é interessante e, apesar de alguns artigos apresentarem uma linguagem um pouco técnica demais para leigos, sua leitura nos parece fácil, porém demorada, pois é um livro para se ler lentamente, visto que, apesar de tratar de um problema em comum (a preservação do meio ambiente), cada artigo que o compõe encerra um assunto diferente e que merece reflexão.

Carmem Augusta Varela

Mestrado de Economia de Empresas
da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Manual de Economia

Diva Benevides Pinho & Marco Antonio Sandoval de Vasconcelos, orgs.
São Paulo, Saraiva, 1993.

O *Manual de Economia* da equipe de professores da FEA-USP é um livro-texto de Economia, a nível introdutório, que visa expor de maneira abrangente a forma e a composição de alguns campos de estudo da teoria econômica.

O livro é composto por seis partes, cada qual se ocupando de um campo de estudo da Economia. Cada parte contém alguns capítulos, ao final dos quais divulga-se uma bibliografia básica sobre o assunto tratado no capítulo. A composição das partes, uma a uma, é a seguinte:

Parte introdutória: Faz uma introdução ao estudo da Economia tentando descrever o conceito, o objeto de estudo e o método de investigação da ciência econômica. O capítulo 1 é meramente uma introdução aos conceitos fundamentais. O capítulo 2, da professora Diva B. Pinho faz um retrato cronológico bem eficiente da evolução da ciência econômica desde seus primórdios até hoje. O capítulo 3 expõe brevemente a metodologia da ciência econômica, pecando apenas por não incorporar discussões mais recentes sobre o assunto. E o capítulo 4 mostra uma perspectiva dos métodos quantitativos em Economia, explicando de maneira concisa os propósitos da Econometria e da Estatística para a Economia.

Parte 1: Noções de Microeconomia. Objetiva explicar o que é e de que se compõe a Microeconomia tradicional. O capítulo 1 tece considerações

sobre a Microeconomia numa exposição clara e didática do professor G. Garófalo, que procura categorizar a disciplina. O capítulo 2 expõe cuidadosamente o funcionamento elementar do mercado, no qual o professor André Franco Montoro explica os mecanismos básicos de oferta e demanda. O capítulo 3 explica o que é a Teoria da Firma com algum grau de detalhe e precisão analítica, o que exige uma leitura mais apurada por parte das pessoas não iniciadas ao tema. O capítulo 4 amplia o que foi iniciado anteriormente explicando o equilíbrio das estruturas básicas de mercado; é menos claro que o anterior por expor conceitos complexos num espaço limitado. Contém, ainda, um apêndice expositivo de estruturas alternativas de mercado.

Parte 2: Noções de Macroeconomia. O primeiro capítulo desta parte, do professor Carlos Antonio Luque, visa descrever a evolução e situação atual da Macroeconomia com a exposição das grandes idéias desde Keynes, cujo resultado é muito bom num ensaio interessante. O capítulo 2 tem caráter informativo, tratando da mensuração da atividade econômica e em seu apêndice, do sistema de contabilidade nacional particularmente das contas nacionais do Brasil. O capítulo 3 expõe uma preocupação básica da Macroeconomia, qual seja a teoria da determinação da renda (sob a ótica keynesiana) com muitos exemplos e explicação cuidadosa. A introdu-

ção à teoria monetária é feita no capítulo 4, também com certa didática, que possui, ainda, um apêndice contendo informações sobre o sistema financeiro nacional, uma descrição básica de sua estrutura e funcionamento. O capítulo 5 preocupa-se com o problema da inflação, fazendo considerações sobre as controvérsias do tema. O resultado é bom, ainda que superficial, devido à vastidão do assunto. O apêndice deste capítulo ilustra como se mede a inflação, expondo com competência o problema dos números índices pelo professor Heron C. E. do Carmo.

Parte 3: População, emprego e distribuição de renda. No capítulo 1 o texto “As bases demográficas da Economia”, de Vlademir Pereira, preocupa-se com o problema demográfico e a sua influência na Economia. É muito bem escrito e bem representativo das questões que afloram dessa problemática. No capítulo 2 os conceitos, definições e o funcionamento do mercado de trabalho são expostos sem discussão mais detalhada. No terceiro capítulo a análise de aspectos da distribuição de renda no Brasil são discutidos apontando-se os principais conceitos e a situação brasileira.

Parte 4: Noções de comércio internacional. Contendo um capítulo e um apêndice, esta parte dedica-se a apresentar ao leitor a problemática do comércio internacional. O professor João Sayad expõe conceitos básicos de Economia Internacional, e o apêndice cuida de descrever o setor externo na economia brasileira. Caberia nesta parte uma exposição das teorias de comércio internacional vigentes e noções teóricas mais aprofundadas, o que, entretanto, não acontece. Mas como texto introdutório o resultado é razoável.

Parte 5: Noções de desenvolvimento econômico. O objetivo aqui é apresentar o desenvolvimento econômico como uma das disciplinas da Economia, tratando de seus conceitos fundamen-

tais. No capítulo 1 desta parte, há a conceituação do crescimento e desenvolvimento econômico. No segundo capítulo o texto “Educação e desenvolvimento econômico: a experiência brasileira”, do professor Denisard Alves, traça um perfil da problemática da educação no Brasil e sua relação com o desenvolvimento econômico. É um texto mais profundo que os demais e de excelente qualidade (ainda que pudesse incorporar algumas tendências mais recentes na discussão). Encerrando o livro, no capítulo 3, o papel da agricultura no desenvolvimento é analisado de maneira sucinta e até incompleta.

O *Manual de Economia* é destinado a pessoas que desejam ter contato com Economia em alguns de seus campos, assim como a iniciados no assunto que objetivem um panorama abrangente em várias áreas da Economia. É um bom livro-texto para tal propósito: bem escrito, didático e extremamente abrangente. Está naturalmente sujeito a alguns pequenos problemas. Por certos momentos a exposição torna-se um pouco burocrática sem maiores discussões, e as imprecisões conceituais teóricas, ainda que poucas, existem, o que seria de esperar numa obra abrangente e ao mesmo tempo condensada como tal. Uma bibliografia mais atualizada visando conduzir o leitor a aprofundamentos futuros seria desejada. Da mesma forma uma bibliografia comentada ao final de cada capítulo seria muito útil ao leitor.

O resultado final é bom registrando-se, ainda, a presença de textos de ótima qualidade, como o “Educação e desenvolvimento econômico: a experiência brasileira”, e outros citados na resenha das partes que compõem o *Manual*.

Dalton Gardimam

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.